

Câmara derruba um veto e mantém outros dois

Respostas do prefeito foram tratadas na sessão de quinta-feira passada

Thiago Padilha

thiago.padilha@gruposinos.com.br

As discussões em torno de três vetos do prefeito de São Leopoldo, Ary Vanazzi (PT), a projetos de lei de autoria de vereadores de oposição ao governo foram o ponto principal da sessão ordinária de quinta-feira passada (17). As propostas de Hitler Pederssetti (DEM), que criaria o serviço gratuito de cremação para famílias de baixas renda, e de Brasil Oliveira (PSB), da criação do centro de convivência do idoso, tiveram os vetos mantidos pelos parlamentares. Já a de Alessandro Camilo da Silva, o Lemos (PSB), que dispõe sobre o programa Prefeito da Praça, teve o veto rejeitado pelo plenário e seguirá para promulgação do prefeito em 48 horas, ou do presidente do Legislativo, Rogel Corrêa, o Tarzan (Republicanos), por prazo igual, para virar lei.

O primeiro a ser tratado foi o da criação do Prefeito da Praça. O placar foi de oito votos pela derrubada do veto — Fabiano Haubert (PDT), Jeferson Falcão (MDB), Gabriel Dias (Cidadania), Iara Cardoso (PDT), Rafael Souza (PDT), Brasil, Lemos e Pederssetti — e quatro por mantê-lo — Ana Affonso (PT), Nadir Jesus (PT), Tiago Silveira (PT) e Marcelo Dentinho (PTB). “Depois de uma



Vetos de Vanazzi foram analisados na sessão do dia 17

votação unânime, esse projeto só vai trazer melhorias para as praças. Esse projeto vai ser muito bom para a cidade e muitas pessoas já me procuraram para ser o prefeito da praça”, destacou Lemos. Ele relatou que conversou com Vanazzi esta semana e o prefeito teria dito desconhecer o veto. “Deve ser (alguém do) Executivo com a assinatura digital dele que vetou”, relatou. A Prefeitura foi procurada a respeito dessa situação, mas não se manifestou até o fechamento desta edição.

Legalidade

O segundo veto analisado foi o serviço gratuito de cremação para famílias carentes. “Essa lei não existe outra igual no Município sobre cremação, existe sobre

funeral e cemitério”, destacou Hitler. O veto foi mantido por sete votos (Haubert, Dentinho, Iara, Nadir, Rafal, Ana e Silveira) a cinco (Brasil, Falcão, Dias, Lemos e Pederssetti). “É um desrespeito com o trabalho de todos nós. Consultoria Jurídica tem grande trabalho para levantar inconstitucionalidade ou ilegalidade do projeto. Comissão de Constituição e Justiça faz o mesmo, com quatro membros, se reunindo toda terça-feira. A gente perde todo tempo e aí com a opinião de uma pessoa, que diz que é inconstitucional, ilegal, sem apresentar justificativa, nosso trabalho foi todo desfeito”, apontou Falcão, reiterando que se o prefeito considerar realmente o projeto de lei inconstitucional, que questione na Justiça.

Ocupação ganha apoio de frente parlamentar

A Ocupação Novo Horizonte, no Morro do Paula, em São Leopoldo, conquistou um avanço importante em sua luta por melhorias de infraestrutura e acesso à saúde pública, a partir da mobilização feita pelos moradores com apoio da Frente Parlamentar em Defesa da Moradia Digna, coordenada pela deputada estadual Luciana Genro (PSol). A secretária municipal de Habitação, Andréia Camilo, esteve no local juntamente com representantes do mandato da

deputada e se comprometeu a garantir uma unidade móvel de saúde para ir à comunidade uma vez por semana.

Além disso, a prefeitura de São Leopoldo também irá providenciar contêineres para arrecadação de lixo uma vez por semana e holofotes para iluminação pública nas entradas dos bicos, além de uma estrutura de parada de ônibus. “É um avanço para estas famílias, que vivem em situação muito precária. Vamos seguir acompanhando esta luta e cobrando da pre-

feitura o cumprimento das medidas que foram prometidas à comunidade”, aponta Luciana Genro.

A Novo Horizonte é composta por cerca de 120 famílias que estão há três anos na área, a qual é de propriedade do Estado. O terreno inicialmente receberia um presídio, que acabou sendo construído em Sapucaia do Sul, mas a área segue pertencendo à Superintendência de Serviços Penitenciários (Susepe).

“As famílias ocuparam essa área, que então estava



Polêmica do 31 de dezembro facultativo

O vereador Brasil Oliveira (PSD) tentou que o presidente da Câmara, Rogel Corrêa, o Tarzan (Republicanos), promulgasse seu projeto de lei que criaria a “creche do idoso” antes de analisar o veto do prefeito. É que a discussão ficou em torno do dia 31 de dezembro, que foi ponto facultativo, o que reduziria em um dia o prazo para que Vanazzi vetasse a proposta. “Decorrência da perda do prazo de veto, é feita a sanção tácita, que incube ao presidente da Câmara o ato que declara a existência, validade e eficácia daquela lei. Nesse requerimento, o veto foi tempestivo”, explicou o consultor jurídico Jefferson Oliveira Soares. Com isso, o veto foi analisado pelo plenário, sendo mantido por sete votos a seis. “O projeto vem agregar a todas as políticas da terceira idade, São Leopoldo poderia ser pioneira no Estado nesse tipo de ação. Quem perde mais uma vez é a população”, disse Brasil.

Thiago Padilha

thiago.padilha@gruposinos.com.br



Defesa dos municípios

A Associação Brasileira dos Municípios (ABM), entidade nacional presidida pelo prefeito leopoldense Ary Vanazzi (PT), definiu as pautas para 2022. Ela vai elaborar pauta municipalista para apresentar e defender durante o processo eleitoral presidencial; manter o foco na capacitação dos gestores públicos municipais; continuar a política de atuação com foco nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), Nova Agenda Urbana (NAU) e Agenda Climá-

tica; manter e ampliar as parcerias com entidades que agreguem conteúdo a pauta municipalista; e atenção ao Congresso Nacional, como a Emenda 13, que flexibiliza a aplicação mínima em educação em 2020 e 2021, o piso salarial do magistério e outros temas.

Para Vanazzi, em encontro realizado este mês, “as discussões foram ricas em seu conteúdo e ajudaram a definir as diretrizes para atuar no cenário nacional”. A Prefeitura paga R\$ 55 mil por ano para a entidade.

Mudança no secretariado

Com um ano e dois meses de governo, o prefeito de Sapucaia do Sul, Volmir Rodrigues (Progressistas), teve sua primeira baixa na sexta-feira (18). O coronel Oto Eduardo Amorim deixou a Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito. “Eu sou de Porto Alegre e meus pais moram em Porto Alegre. Pedi para deixar a função por um único fator: dar mais atenção aos meus pais. Prefeito Volmir me oportunizou não apenas exercer a função de secretário, mas de ter em Sapucaia do Sul uma grande família de grandes amigos”, escreveu Amorim aos colegas.



Já tem substituto

Quem deve assumir a pasta, que será empossado nos próximos dias, é o ex-comandante do 18º Batalhão de Infantaria Motorizada (BIMtz) de Sapucaia do Sul, coronel Gláucio Francisco Pereira Costa. Ele é coronel da Reserva do Exército, foi ordenador de despesas por dois anos e tem experiência nas áreas de Ensino, Administração Pública e Comunicação Social.

Consultório para telemedicina

O vereador de Esteio Gilmar Rinaldi (PT) apresentou sugestão à prefeitura para que seja criado o serviço de saúde chamado Consultório de Telemedicina, com o objetivo de diminuir tempo de espera para consulta com especialistas. Segundo ele, o município conta com grande demanda para atendimentos desse tipo.

Pisar no freio

Em Portão, o vereador Alexsandro Argenta, o Leco (MDB) está preocupado com o excesso de velocidade na Sanga Funda. Ele lembra que redutores foram construídos na localidade em 2019 pelo governo Renato Chagas (PDT), porém com o uso perderam a eficácia.

Emenda para saúde

O deputado federal Bibi Nunes (PSL) destinou uma emenda de R\$ 200 mil para a prefeitura de Capela de Santana investir em saúde. O anúncio foi feito na semana passada pelas redes sociais.